

Provas da UnB dão brigas no Senado

LAURA FONSECA

O concurso do Senado Federal para jornalista, tradutor, enfermeiro e bibliotecário, com apenas 35 vagas no total, conseguiu obter mais publicidade do que o próprio vestibular da UnB, com suas dezenas de milhares de candidatas a vagas. Também organizado pela Diretoria de Acesso ao Ensino Superior (DAE) da Universidade, o concurso do Senado vem sendo alvo de críticas por parte dos candidatos, inconformados com a excessiva ênfase na teoria em detrimento da prática profissional, e temerosos da concorrência desleal por parte dos professores da UnB, que têm permissão para se inscreverem. O coordenador do exame admitiu ontem, que há três professores do Departamento de Comunicação inscritos para as provas.

Entre os dias 13 e 23 de dezembro passado, 2.050 pessoas procuraram a UnB para se candidatarem ao concurso do Senado. São 573 jornalistas disputando 10 vagas, 454 tradutores para cinco vagas, 646 enfermeiros concorrendo a 10 cargos e 377 bibliotecários se candidatando a 10 postos na Biblioteca. Para todos, há exigência de diploma correspondente, de nível superior, quitação com o serviço militar e a Justiça Eleitoral, ser brasileiro entre 18 e 50 anos.

A primeira prova está marcada para o próximo dia 28 de janeiro, na própria UnB, com a chegada dos candidatos prevista para as 8 horas. Ai terão início os problemas, por ser essa primeira etapa totalmente teórica e eliminatória, desgostando os inscritos com boa prática profissional. A DAE explica ser a ordem das provas uma imposição do grande número de candidatos. "Corrigir testes teóricos de múltipla escolha é mais fácil e rápido do que julgar aptidão profissional. Isto será feito numa segunda etapa, quando a maior parte dos candidatos já estará eliminada".

O diretor de Comunicação Social do Senado Federal, Manoel Vilela de Magalhães, jornalista profissional há muitos anos radicado em Brasília, foi quem pediu a realização do concurso, juntamente com as Assessorias Técnicas e a Subsecretaria de Pessoal. "Escolhemos a UnB para realizar o concurso porque temos um convênio com a Universidade e já realizamos vários concursos através da DAE, sempre com excelentes resultados. O mesmo acontece com a Câmara dos Deputados".

Segundo Vilela, os jornalistas estão apreensivos sem motivo com a prova teórica eliminatória. "A maior parte dos jornalistas de hoje já passou pela Universidade, alguns têm até cursos de mestrado. Se possuem anos de prática no jornalismo diário, é só estudar um pouco a bibliografia apontada, para que se saiam muito bem na prova. Estou convicto de que serão os jornalistas profissionais com prática de cobertura na Câmara e no Senado aqueles a serem aprovados no concurso. O pessoal está se preocupando por antecipação. Quem tem prática, rememora a teoria sem problemas", disse.

OS CANDIDATOS

"O fato de a primeira prova ser totalmente teórica e eliminatória privilegia os candidatos que se formaram há pouco tempo e, principalmente, aqueles que são professores dos cursos, sejam eles da Uni-



versidade de Brasília ou não. Os verdadeiros profissionais, cujo ponto forte é a prática, correm o risco de nem alcançar a segunda etapa do concurso, sendo eliminados logo na primeira prova". O comentário vem de grande parte dos 2.050 candidatos inscritos no concurso para jornalista, tradutor, enfermeiro e bibliotecário do Senado Federal.

O concurso, aberto a diplomados dessas profissões, está sendo organizado pela Diretoria de Acesso ao Ensino Superior da UnB, através de convênio mantido com o Senado Federal. As vagas são poucas: 10 para jornalistas, enfermeiros, bibliotecários e apenas cinco para tradutores dos quais 3 para inglês, uma para francês e uma para alemão.

Candidatos a jornalistas do Senado, por exemplo, queixam-se do extenso programa teórico exigido na primeira prova que, a título elucidativo, apresenta uma bibliografia de 16 livros, quase todos sobre teoria da comunicação e aspectos teóricos da mídia. "O livro mais prático da lista é a Constituição do Brasil, promulgada no dia 5 de outubro passado", observa um jornalista que cobriu todos os trabalhos da Constituinte.

Segundo outro, que prefere não se identificar "para não ser discriminado no concurso", esta primeira prova teórica e eliminatória está em franca discordância com a descrição das tarefas a serem cumpridas pelos candidatos aprovados, também listadas no Manual do Candidato. Entre elas estão: 1) realizar cobertura jornalística das atividades parlamentares no Senado Federal (no Plenário, nas Comissões Técnicas e de Inquérito, no gabinete do Presidente e demais membros da Comissão Diretora); 2) realizar entrevistas com senadores para jornal, rádio e televisão; 3) redigir matérias e adaptar textos técnicos e atas de reuniões para jornais, rádios e televisões; 4) preparar roteiros e edição final de matérias jornalísticas.

Como se constata, prossegue o candidato, as principais funções dos futuros jornalistas do Senado Federal são eminentemente práticas, pouco tendo a ver com teoria da comunicação de massa.

As queixas dos jornalistas fazem eco àquelas apresentadas pelos enfermeiros. "Somente depois de uma prova eliminatória de conhecimentos gerais, onde uma bibliografia indicativa abrange 46 livros, e de uma segunda prova eliminatória de Português, o candidato terá a oportunidade de demonstrar, em ambiente hospitalar, sua habilidade na execução das tarefas típicas do cargo".

Como acontece com a descrição das tarefas a se-

rem cumpridas pelos jornalistas, também as de enfermeiros, bibliotecários e tradutores são eminentemente práticas. Mas, somente no final dos exames, depois de provas teóricas de conhecimentos gerais e de línguas, mesmo para aqueles que não pretendem ser tradutores, os candidatos chegam à terceira etapa das provas, onde terão, finalmente, a oportunidade de demonstrar sua capacidade prática de lidar com suas respectivas profissões.

O QUE DIZ A UnB

O diretor da DAE, professor Lauro Morhy, órgão da UnB encarregado de organizar concursos a pedido de repartições públicas e de promover o vestibular semestral da Universidade, reconhece ser uma missão muito difícil executar essas atividades. "Concordo que começar pelo prático e terminar pelo aspecto teórico poderia tornar um concurso mais justo. O problema está ligado às exigências de exames de massa. É imprescindível avaliar primeiro o lado teórico, porque estamos lidando com número grande de candidatos e uma prova de múltipla escolha é bem mais fácil de ser corrigida do que um teste discursivo ou a avaliação prática de uma atividade profissional".

O professor Lauro adverte, porém, para o fato de a UnB ter uma tradição de 18 anos em vestibulares e concursos públicos, tendo adquirido uma competência formal já reconhecida nacionalmente. "Apesar da necessidade imperiosa de começar os concursos pelos testes teóricos, os resultados finais têm demonstrado o bom nível dos candidatos aprovados. No último concurso para assessor parlamentar, que realizamos para o Senado Federal, foram aprovados alguns dos melhores profissionais da área. Isto nos foi dito e repetido pelos responsáveis por esse setor de trabalho no Congresso Nacional".

Quanto ao que considera "insinuações maldosas" sobre participação de professores da UnB nesse concurso, levando vantagem sobre os demais candidatos, a prática também mostra não ser verdade, diz ele. "Nesse concurso a que me referi, houve realmente um grande número de professores da UnB inscritos, mas somente um logrou ser aprovado", enfatiza o professor Lauro, dizendo ser "ponto de honra" da DAE, pautar suas atividades dentro dos princípios de seriedade, honestidade e igualdade de tratamento para todos os candidatos. E ele mesmo, porém, que admite haver três professores do Departamento de Comunicação entre os inscritos para as dez vagas de jornalista.

"Eu compreendo que, nesse momento, no Brasil, há grande desconfiança sobre tudo e sobre todos, mas nossa tradição de 18 anos fala mais alto do que essas críticas", afirma o professor Lauro Morhy. "Nosso sigilo de provas e da banca examinadora nunca foi rompido e, para aqueles candidatos que se sentirem prejudicados, sempre existe o caminho da Justiça, onde podem recorrer das decisões da banca examinadora", concluiu o diretor da DAE, citando o TCU e a Polícia Federal como os últimos órgãos públicos a se utilizarem de seus serviços para promover concursos.